

REPARAÇÃO DE VÍTIMAS DA CORRUPÇÃO: OS (DES)CAMINHOS BRASILEIROS

Maputo, 17 de junho de 2025.



Os números superlativos da Lava-Jato

PRESS RELEASE

Odebrecht and Braskem Plead Guilty and Agree to Pay at Least \$3.5 Billion in Global Penalties to Resolve Largest Foreign Bribery Case in History

Valor movimentado na Lava Jato soma R\$ 8 trilhões

Supera o PIB do Brasil, que ficou em R\$ 5,9 trilhões em 2015

BÁRBARA LOBATO

09/01/2017 - 06h00 - Atualizado 09/01/2017 12h26

A conta da corrupção: R\$ 25 bilhões já retornaram aos cofres públicos

Balanço do Ministério Público do Paraná dá uma ideia do volume de dinheiro desviado durante os governos petistas

Por **Hugo Marques**  SEGUIR

Atualizado em 4 abr 2022, 16h56 - Publicado em 4 abr 2022, 16h03

Mais números da operação:

163

Prisão temporária

132

Prisão preventiva

1.450

Busca e apreensão

211

Condução coercitiva

35

Ações de improbidade administrativa

2

Acordos de colaboração homologados no TRF4

138

Acordos de colaboração homologados no STF em atuação conjunta com a PGR

553

Número de denunciados

723

Pedidos de Cooperação Internacional

4,3 bilhões

Valores devolvidos aos cofres públicos (Petrobras, União etc)

2,1 bilhões

Valores previstos em multas compensatórias decorrentes de acordos de colaboração

12,7 bilhões

Valores previstos em multas compensatórias decorrentes de acordos de leniências

14,7 bilhões

Total de valores previstos de recuperação

111,5 milhões

Valores de renúncias voluntárias de réus

O cenário brasileiro: que vítimas?



O cenário brasileiro: quais caminhos para a reparação?

O que é o Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD

Criado pela Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e regulamentado pela Lei n.º 9.008/95, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como missão a defesa e a recomposição de danos causados a direitos difusos e coletivos nela elencados.

Trata-se de fundo que nasceu para o cumprimento de finalidade específica, uma vez que as receitas que o compõem, oriundas de processos - judiciais ou administrativos - iniciados quando constatada a lesão a direito difuso ou coletivo, devem ser empregadas em projetos que previnam ou recomponham danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e artístico, ao consumidor, à ordem econômica, ao trabalhador, às pessoas idosas ou portadoras de deficiências e ao patrimônio público e social, de acordo com o rol constante do art. 1º da Lei n.º 7.347/85.

Esse Fundo, portanto, é dotado de uma peculiaridade que deve ser evidenciada: as verbas que o formam, em sua maioria, decorrem da ocorrência de dano a direito difuso ou coletivo, direcionadas pelo Ministério Público (Federal, do Trabalho, Estadual e Distrital), pela Secretaria Nacional do Consumidor e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Portanto, sua principal fonte de recursos não decorre de receita oriunda da arrecadação de tributos federais, como ocorre na grande maioria dos fundos federais.

O cenário brasileiro: quais caminhos para a reparação?

COFRE PARALELO

Governo usa bilhões do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para inflar o caixa

■ Marcos de Vasconcellos

31 de março de 2017, 7h11

Valores do FDD (em milhões de reais)		
Ano	Arrecadação	Valor usado pelo Fundo
2010	30,8	7,9
2011	41,4	8,9
2012	57,0	5,5
2013	120,2	3,6
2014	192,3	6,3
2015	563,3	3,8
2016	775,0	2,4

MPF acusa União de usar recursos de reparar danos para cobrir déficit

Cade é responsável por arrecadar 96% dos recursos do fundo de defesa dos direitos difusos

Guilherme Pimenta

18/12/2017 | 11:57

Atualizado em 18/12/2017 às 10:57



MANOBRA ARTIFICIAL

União é proibida de desviar recursos destinados à reparação de danos coletivos

■ Gabriela Coelho

19 de julho de 2018, 10h05

O cenário brasileiro: quem decide como reparar?

Verbas de acordos ambientais são destinadas a ONGs em Juiz de Fora

Dinheiro é investido em projetos de proteção a animais e meio ambiente. Entre maio de 2015 e janeiro de 2016, foram fechados 62 acordos.

Notícias - Meio Ambiente

Acordo firmado entre MPMG e Sudeste prevê destinação de R\$ 500 mil a ONGs ambientais da Zona da Mata

Publicado em 01/07/2024 17:15

Tribunal reduz pena por maus-tratos a “lulus” em Limeira e multa será destinada às ONGs



por Rafael Sereno

🕒 3 DE FEVEREIRO DE 2024 ÀS 09:30

💬 0 ❤️ 0

Quase R\$ 18 milhões recuperados pela Lava Jato serão destinados à reforma de escolas do Rio

Rio de Janeiro

O 'maior acordo' de leniência da história

Dona da JBS fecha maior acordo de leniência da história

Jean-Philip Struck

31/05/2017

Multa de 10,3 bilhões de reais acertada entre J&F, dos irmãos Batista, e Ministério Público supera valores aplicados à Odebrecht e à alemã Siemens em casos semelhantes. Pagamento será feito ao longo de 25 anos.

Do total a ser pago, 8 bilhões de reais serão destinados à Fundação dos Economiários Federais (Funcef) (25%), à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) (25%), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (25%), à União (12,5%), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (6,25 %) e à Caixa Econômica Federal (6,25%). Ainda segundo o MPF, o restante do valor, de 2,3 bilhões reais, será repassado para projetos sociais.

O 'maior acordo' de leniência da história

	Temas autorizados para projetos sociais
1	Educação em direitos humanos, cidadania e prevenção à corrupção
2	Apoio a atividades de controle social e transparência das contas públicas
3	Ensino e reforço individualizado em língua portuguesa, línguas estrangeiras, matemática, computação e tecnologia
4	Formação de empreendedores em comunidades carentes
5	Apoio a palestras, workshops e cursos profissionalizantes gratuitos para pessoas de baixa renda
6	Apoio a palestras, workshops e cursos profissionalizantes gratuitos para membros de comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais
7	Bolsas de estudo e pesquisa para alunos pobres de alto desempenho
8	Bolsas de estudo e pesquisa para alunos que sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais
9	Apoio à produção cultural e artística de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais
10	Pesquisa e conservação do patrimônio cultural, histórico e arqueológico brasileiro
11	Educação à distância voltada a crianças e adolescentes de baixa renda
12	Apoio de infraestrutura e gestão a escolas de ensino fundamental e médio em áreas rurais, garantindo também o apoio de ferramentas tecnológicas e a interação dos alunos com o meio ambiente e o campo
13	Apoio de infraestrutura e gestão a creches voltadas à população de baixa renda
14	Reforma e ampliação de escolas públicas
15	Criação e ampliação de laboratórios de ciências e tecnologia em escolas da rede pública de ensino
16	Construção e manutenção de bibliotecas públicas em áreas carentes
17	Apoio a cursos preparatórios para vestibulares e o ENEM, dirigidos a pessoas de baixa renda
18	Fomento à difusão de olimpíadas municipais, regionais, estaduais e nacionais de matemática, língua portuguesa, tecnologia e ciências em todas as séries dos ensinos fundamental e médio, com foco em estudantes da rede pública de ensino
19	Programas de reinserção no ensino de alunos vitimados pela evasão escolar
20	Criação e manutenção de programas de incentivo, bolsas, capacitação e premiação de professores da rede pública de ensino com alto desempenho
21	Apoio a programas de incentivo à leitura com foco em estudantes da rede pública de

	ensino
22	Fomento de programas de alfabetização na primeira infância, com foco em famílias de baixa renda
23	Apoio a atividades culturais, artísticas, musicais e esportivas em comunidades carentes
24	Fomento à constituição e ampliação de redes de apoio psicológico, <i>coaching</i> e orientação profissional para adolescentes e jovens de baixa renda
25	Valorização de conhecimentos tradicionais
26	Recuperação de matas ciliares e formação de corredores ecológicos
27	Recuperação de rios e nascentes
28	Pesquisas para a cura do câncer
29	Combate a doenças tropicais
30	Tratamento de água e dejetos em comunidades carentes
31	Apoio de infraestrutura e gestão em unidades de saúde voltadas à população de baixa renda
32	Apoio de infraestrutura e gestão em unidades de saúde voltadas a comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais
33	Pesquisas com células-tronco para a reabilitação física de pessoas portadoras de incapacidade
34	Apoio a centros de apoio religioso, espiritual e/ou psicológico em unidades prisionais
35	Apoio à inserção ou reinserção de presos e ex-presos no mercado laboral
36	Apoio a programas de apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes carentes, bem como projetos similares de criação de vínculos afetivos com idosos desprovidos de suporte familiar
37	Construção de unidades hospitalares e de saúde voltadas à população de baixa renda
38	Apoio de gestão a unidades hospitalares e de saúde voltadas à população de baixa renda
39	Apoio a pesquisas sobre terapias de saúde de baixo custo
40	Apoio a pesquisas sobre a integração do meio ambiente com unidades de ensino e saúde
41	Apoio a campanhas educativas contra a compra de votos e todas as formas de corrupção eleitoral
42	Apoio, formação e desenvolvimento de empreendedores sociais
43	Apoio à criação, expansão e manutenção de bancos de sementes crioulas
44	Pesquisa sobre fontes proteicas alternativas de baixo custo para a alimentação de populações abaixo da linha da pobreza

45	Construção de abrigos e formação de rede de apoio para moradores de rua e pessoas sem teto
46	Apoio a atividades culturais, artísticas, esportivas e educativas para pessoas em tratamento contra a dependência química
47	Captação de energia solar para o provimento de energia elétrica em comunidades isoladas
48	Inclusão digital e formação de redes de dados <i>wi-fi</i> em comunidades carentes
49	Outros projetos sociais em temas autorizados pelo Ministério Público Federal

O 'maior acordo' de leniência da história

Procurador diz que dinheiro da J&F para reparação de crime é da sociedade

Dinheiro não deve servir para 'o mero alcance de metas fiscais', diz Anselmo Lopes, da Força Tarefa Greenfield

Felipe Recondo

12/03/2019 | 10:30 | Brasília

Atualizado em 12/03/2019 às 12:07



Alternativas iniciais para a execução dos Projetos sociais:

- Fundo de Direito Difuso
- Fundação da própria empresa

O contexto nacional mais amplo

Cultura de doação avança no Brasil, mas está abaixo do potencial, diz estudo

País se destaca no fortalecimento de organizações, embora falte conscientização sobre o tema em escolas e universidades

**Níveis recordes de generosidade global:
Brasil ocupa a 86ª posição, com Indonésia
liderando o ranking**

22 de agosto de 2024

Por que a cultura de doação no Brasil é atrasada?



Redação



26 de dezembro de 2017

Todas as formas de doações caíram em 2020, diz pesquisa

À CNN Rádio, Paula Fabiani disse que o engajamento das classes mais favorecidas cresceu no período

Amanda Garcia, da CNN

23/08/21 às 11:07 | Atualizado 23/08/21 às 19:06

**Apesar da redução de doações,
compreensão da importância do
tema aumenta no país**

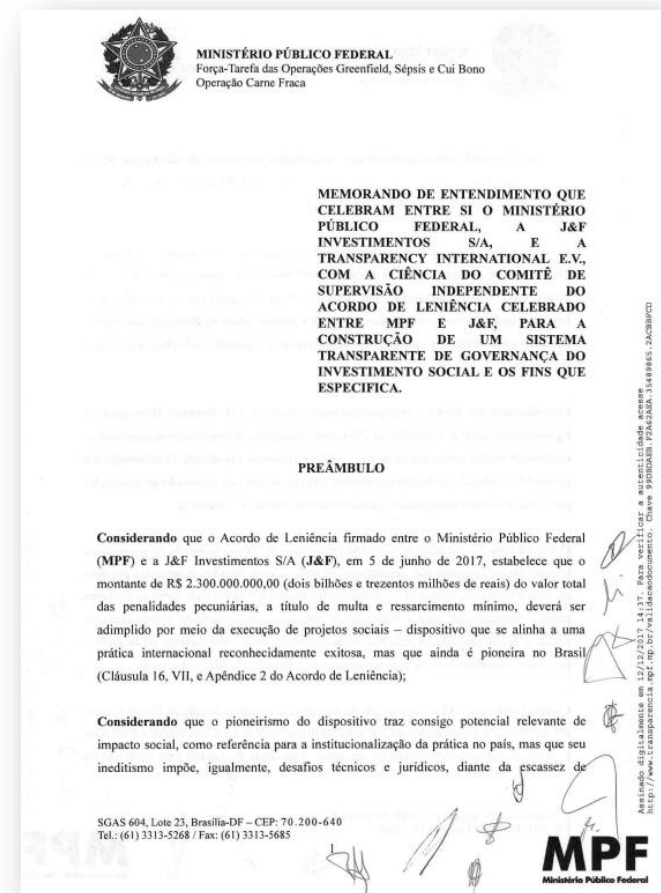
POR: GIFE | NOTÍCIAS | 20/09/2021

Contexto nacional

- Financiamento público: entre 2014 e 2016, os repasses para OSCs no orçamento geral da União passaram de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 2,3 bilhões, **uma queda de mais de 80%.**
- Investimento social privado nacional: o total de recursos doados pelos institutos, fundações e empresas associados ao GIFE para terceiros passou de R\$ 895 milhões, em 2014, para R\$ 595 milhões, em 2016, **uma redução de mais de 30%.** O investimento total do setor, incluindo programas e ações próprias, caiu 16% em 2016 em comparação com o ano anterior. O dado de 2016, de R\$ 2,9 bilhões, é **o menor da série desde 2009.**
- Financiamento estrangeiro: as operações de câmbio para remessa de doações a instituições privadas sem fins lucrativos somaram US\$ 82,9 milhões em 2013. Esse número começou a cair em 2014, quando foi de US\$ 67,1 milhões – **queda de quase 20%** -, até chegar, em 2016, a US\$ 50,8 milhões – **queda de quase 40% em relação a 2014.**

O papel da Transparência Internacional - Brasil

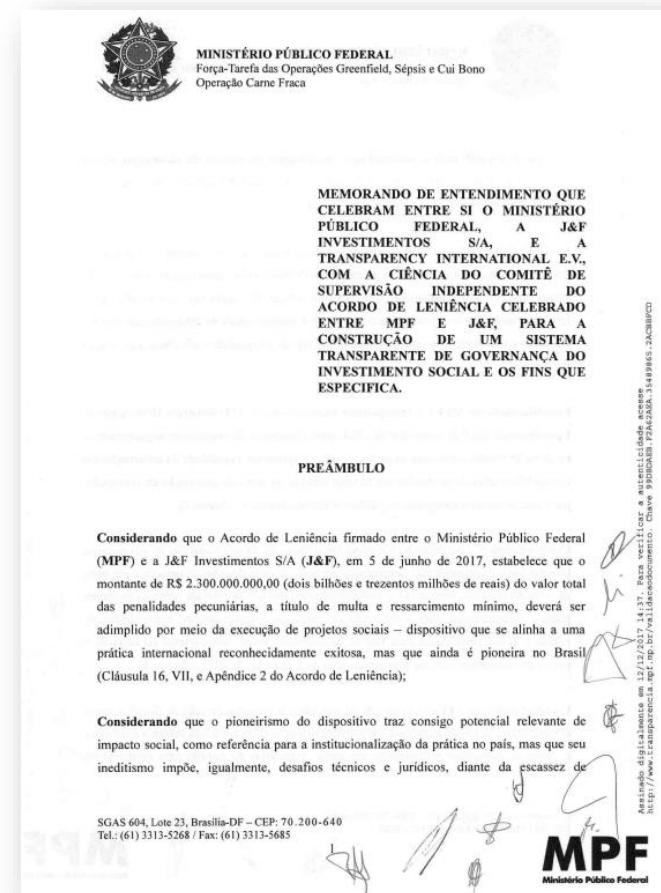
- Celebração de Memorando de Entendimento com o Ministério Público Federal e a empresa:
- *“apoio da TI no desenho e estruturação do sistema de governança do desembolso dos recursos dedicados a projetos sociais, que são parte da multa imposta à J&F, no âmbito de seu Acordo de Leniência, apresentando propostas para institucionalizar procedimentos e melhores práticas de transparência, integridade e accountability, além de canal de denúncia, protocolos contra conflitos de interesse e outras salvaguardas.”*



O papel da Transparência Internacional - Brasil

Cuidados:

- Não-remuneração pelo trabalho desenvolvido;
- Compromisso com o não-recebimento de recursos do fundo a ser constituído;
- Emprego de uma metodologia que envolveu a consultas aos maiores especialistas do Brasil e análise das experiências internacionais (Siemens, etc.)
- Apresentação de um relatório público com as conclusões.



Boas práticas de governança

- Efetividade e qualidade;
- Due diligence;
- Código de Ética e conformidade legal;
- Composição do Conselho;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Políticas de Conflito de interesses;
- Política de Proteção do Reportante de Suspeita de Irregularidade (sistema de *whistleblowing*);
- Ouvidoria.



Boas práticas de transparência e accountability

- Relatório de gestão, Conformidade e autorregulação
- Comunicação reponsiva, participação e aprendizagem adaptative
- Princípios para a realização de operações de apoio a organizações da sociedade civil
- Cooperação com autoridades
- Desenvolvimento de um programa Anticorrupção



Recomendações

Quadro-resumo das etapas

	FASE 1 (2019)	FASE 2	FASE 3	FASE 4	OBRIGAÇÕES DA J&F CONCLUÍDAS / OPERAÇÃO INDEPENDENTE DA INICIATIVA (2041+)
		ETAPA EMBRIONÁRIA (2020-2022)	ETAPA DE EXPANSÃO (2023-2027)	ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO (2028-2041)	
Modelo	Edital intermediado	Editais próprios	Editais próprios	Editais próprios	Editais próprios

Deliberação superior	Comissão Curadora (5 membros)*	Conselho Curador (total de 8 membros, 4 representantes da sociedade civil e 4 da J&F)*	Conselho Curador (total de 10 membros, 6 representantes da sociedade civil e 4 da J&F)*	Conselho Curador (total de 12 membros, 8 representantes da sociedade civil e 4 da J&F)*	Conselho Curador (total de 12 membros representantes da sociedade civil)*

2020s: um novo contexto

Brasil

Três anos depois de abalar o país, Joesley Batista renegocia delação

O empresário que fez revelações de corrupção envolvendo três ex-presidentes em corrupção acena para nova rodada de negociações

Por Daniel Pereira, **Laryssa Borges**  SEGUIR

Atualizado em 4 jun 2024, 14h34 - Publicado em 13 mar 2020, 06h00

PGR, Joesley e Wesley Batista repactuam acordo de delação; multa é de cerca de R\$ 1 bilhão

Acordo foi validado em maio de 2017 e previa multa de R\$ 110 milhões. Quatro meses depois, PGR disse que irmãos omitiram dados e pediu ao STF a rescisão, mas não houve decisão.

Aliado de Aras contraria conselho e restabelece desconto de R\$ 6,8 bilhões à J&F

Por Rafael Moraes Moura — Brasília

27/09/2023 18h42 · Atualizado há um ano



Presentear matéria



A vez da J&F

Alisson Matos

alisson@obastidor.com.br

Publicada em 28/06/2024 às 20:53

Os ataques

MODELO REPLICADO

Aras bloqueia repasse de R\$ 270 milhões para clone de fundação da "lava jato"

■ Emerson Voltare

■ Rafa Santos

6 de dezembro de 2020, 22h40

Aras diz ter bloqueado R\$ 270 milhões da J&F para Transparência Internacional; ONG nega repasse

Seria fruto de acordo de leniência

PGR alega desvio de finalidade

ONG diz que informação é falsa

Subprocuradora contesta Aras

ONG estrangeira, parça da Lava Jato, e R\$ 270 milhões de grana pública

"COMBATE À CORRUPÇÃO"

Deputado aciona STJ por supostos prejuízos causados pela relação entre MPF e ONG

Em 2020, por ofício, ex-PGR Augusto Aras pediu investigação da ação ilegal da Transparência Internacional no Brasil

Ex-procurador-geral era a favor de revisão do acordo de leniência de R\$ 10,3 bilhões da JBS com o MP, dos quais R\$ 2,3 bi seriam administrados por fundação privada ligada à TI

05 de fevereiro de 2024, 13:30 h

Transparência Internacional temia não receber dinheiro de fundação lavajatista

O pacto entre a Transparência Internacional e os procuradores quase resultou na formação de uma fundação

27 de setembro de 2023, 18:55 h

Coincidências?



seção 04

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

No último ano, o Ministério Público Federal se tornou uma grande fonte de preocupação devido ao que se percebe como um alinhamento político do procurador-geral da República Augusto Aras ao presidente Jair Bolsonaro e ao desmanche das Forças Tarefas de procuradores dedicadas a investigações de grandes esquemas de corrupção, como é o caso da Lava Jato e da Greenfield.

POLÍTICA

Transparência Internacional aponta 'excessiva proximidade' entre Aras e Bolsonaro

Organização argumenta que o PGR tomou decisões 'sistematicamente aliadas' ao presidente ou a seu círculo político no último ano

Aras contesta relatório que aponta 'alinhamento sistemático' da PGR com Bolsonaro

ONG Transparência Internacional apontou retração 'sem precedentes' na função do órgão de controlar atos do governo. Procurador-geral diz não fazer 'exploração midiática' de casos.

Por Luiz Felipe Barbiéri, g1 — Brasília

26/01/2022 16h16 · Atualizado há 3 anos

Os ataques se renovam

Toffoli manda investigar atuação da Transparência Internacional

ONG teria atuado junto a procuradores na tentativa de gerir recursos oriundos de acordos de leniência

Lucas Mendes e Teo Cury, da CNN

05/02/24 às 10:56 | Atualizado 05/02/24 às 16:09

OPINIÃO

MP-TCU quer apuração da parceria
"Transparência Internacional-Lava Jato"

J&F acusa Transparência Internacional de se apropriar de acordos de leniência da Lava Jato

Segundo grupo empresarial, ONG tentou se apropriar 'incessantemente' dos recursos; ONG nega acusações e diz que irá processar a J&F

CNJ também apura suposto envolvimento da Transparência Internacional em destinação de recursos

A ONG foi mencionada em um documento que apontou indícios de 'gestão caótica' nos trabalhos da Lava Jato

POR CARTACAPITAL

A verdade

| Lava Jato

Gonet e TCU considera “improcedente” narrativa contra 'apropriação' pela Transparência Internacional PGR cobra arquivamento de processo sobre a Transparência Internacional

ESTADÃO conteúdo
São Paulo

16/10/2024 15h09

Paulo Gonet reafirmou ao ministro Dias Toffoli pedido para interromper procedimentos sobre a ONG e recursos da operação Lava Jato

Toffoli omite em decisão para inocentar Transparência

Subprocuradora disse em documento que
remuneração pela assistência prestada”

Raquel Landim, da CNN, São Paulo

05/02/24 às 16:00 | Atualizado 05/02/24 às 19:04

A história da take news contra a Transparência Internacional

Como a narrativa foi plantada, vazada, refutada e requeitada, na PGR e no STF, para retaliar a ONG anticorrupção



Felipe Moura Brasil

🕒 24 minutos de leitura

📅 16.02.2024 03:30

💬 comentários 10

Desafios atuais

- Sequência de decisões judiciais anulando provas, extinguindo investigações, casos e penas, suspendendo acordos de leniência;
- Interrupção de instâncias de cooperação internacional e ‘exportação da impunidade’;
- Ausência de discussão sobre vítimas da corrupção e processos de reparação dos seus direitos;
- Contaminação do debate público;
- *Chilling effect* sobre agentes públicos e law enforcement agents;
- Impactos financeiros e reputacionais da campanha de desinformação e assédio judicial contra a TI Brasil.



www.transparenciainternacional.org.br

Guilherme France

Gerente do Centro de Conhecimento
Anticorrupção

gfrance@br.transparency.org



[transparenciainternacionalbr](https://www.instagram.com/transparenciainternacionalbr)



[transparenciainternacionalbrasil](https://www.facebook.com/transparenciainternacionalbrasil)



[ti_interbr](https://twitter.com/ti_interbr)



[transparenciainternacionalbrasil](https://www.youtube.com/transparenciainternacionalbrasil)



[transparenciainternacionalbr](https://www.youtube.com/transparenciainternacionalbr)